

# ZOOGEOGRAFIA DO BRASIL: FRONTEIRAS NACIONAIS, PERCURSOS PAN-AMERICANOS

*Regina Horta Duarte*  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

*Resumo: Este artigo é uma análise histórica das relações entre nacionalismo, biogeografia, internacionalismo e conservação da natureza no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. A produção e a divulgação do conhecimento biológico mostraram-se repletas de conteúdos políticos e se ligaram a diversas ações intelectuais e políticas mais amplas para a construção de uma identidade nacional. Privilegiando a obra do zoólogo Cândido de Mello Leitão, argumento que o estudo da zoogeografia permitiu-lhe adotar uma abordagem inovadora e complexa sobre a fauna brasileira. Suas análises evidenciavam o caráter ínfimo da história humana e das fronteiras políticas, no âmbito maior das eras geológicas e da vida na Terra. Nesse processo, Mello Leitão relativizou o tempo e o espaço da nação brasileira, aproximando-se das tendências crescentemente internacionalistas do conservacionismo.*

## UMA ZOOGEOGRAFIA BRASILEIRA?

Quais as semelhanças e diferenças entre as diversas ratitas, aves incapazes de voar, como as emas, o avestruz, os casuares, os emus, os já extintos aves-elefante e moas? Altas e pesadas, são (e foram) grandes corredoras. Onívoras, são nativas de diferentes regiões do globo. Cinco subespécies da *Rhea* (ema) são encontradas na América do Sul. Quatro subespécies do *Struthio* (avestruz) habitam o continente africano. Outras três subespécies do *Casuarius* (casuar) distribuem-se pelos territórios da Nova Guiné e Austrália (havia uma quarta subespécie, hoje extinta). Os *Dromaius novaehollandiae* (emus) são as maiores aves nativas da Austrália (duas outras espécies de *Dromaius* desapareceram). Os *Dinornis* (moas) —com cerca de dois metros de altura e duzentos quilos— corriam por largas extensões na Nova Zelândia, até serem extintos no século XVI. Também desapareceram, no século XVII, os *Aepyornis* (aves elefante), com estimados três metros de altura e quatrocentos quilos, nativos de Madagascar (Van Tuinen, Sibley e Hedges 1998, 370–376; Owen 1858, 149–158; Davidson 1870, 604).<sup>1</sup> Teriam essas aves uma origem comum, evidenciando uma comunicação primordial entre essas diversas regiões do planeta? Reforçariam a ideia da existência de pontes continentais posteriormente submersas, tal como propôs o geólogo britânico Eduard Suess (1831–1914)? Ou

Este artigo resulta de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integra as investigações do grupo de pesquisa “Coleção Brasileira: Escritos e leituras da nação”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço a Armando Olivetti.

1. Ver ainda BirdLife Internacional, <http://www.birdlife.org>.

*Latin American Research Review*, Vol. 49, No. 2. © 2014 by the Latin American Studies Association.

constituiriam um argumento a mais para comprovar a teoria do alemão Alfred Wegener (1880–1930) da deriva continental, sistematizada em 1915? Segundo Wegener, a grande Pangea fragmentou-se, e o movimento de suas partes gerou a configuração atual dos continentes.<sup>2</sup> Essas são algumas das várias indagações e dilemas apresentados pelo zoólogo brasileiro Cândido de Mello Leitão (1886–1948), em sua obra *Zoogeografia do Brasil*, volume 77 da série Brasileira, cuja primeira edição saiu em 1937 (Mello Leitão 1937c).<sup>3</sup>

A série Brasileira integrava o ambicioso projeto editorial Biblioteca Pedagógica, iniciado em 1931 pelo intelectual Fernando Azevedo (1894–1974) na primeira grande editora fundada no Brasil, a Companhia Editora Nacional. A iniciativa reunia outras quatro séries, intituladas Iniciação Científica, Livros Didáticos, Atualidades Pedagógicas e Livros Infantis. Alcançou grande sucesso, e foi saudada por homens públicos e intelectuais diversos como iniciativa essencial para a consolidação da nacionalidade brasileira, segundo o lema então em voga de que, para construir a nação, seriam necessários homens e livros, numa aposta no papel civilizador da educação e da leitura. O objetivo específico da Brasileira era o de apresentar-se como ampla e completa coleção de estudos nacionais, capaz de descobrir o Brasil aos brasileiros. Foram publicadas obras sobre temas muito amplos, como antropologia e demografia, arqueologia, biografias, botânica e zoologia, educação, etnologia, geografia, reedições de livros raros, e relatos de viajantes estrangeiros sobre o Brasil, traduzidos para o português pela primeira vez. Em anos de redefinição do projeto político, com a Revolução de 1930 e a subida de Getúlio Vargas ao poder, a coleção Brasileira ofereceu-se como uma “metáfora da nação” (Dutra 2006, 314; Toledo 2010, 1–15; Hallewell 1985, 300; Pontes 1989, 359–409).<sup>4</sup>

A organização da Biblioteca Pedagógica inseria-se numa ampla renovação cultural, na qual a obsessão pela modernidade e pela integração do Brasil no concerto das nações cultas pautou-se pela busca da essência de uma suposta brasilidade. Esse processo ganhou grande impulso com o governo centralizador e autoritário de Vargas, que cultivou a imagem de promotor de um renascimento cultural nacional, atribuindo ao Estado o papel de gestor de políticas culturais (Williams 2001, 50). A busca da brasilidade, entretanto, se delineava nos meios culturais nacionais havia algumas décadas. Os intelectuais da geração de 1870, formados na Escola de Direito de Recife, foram pioneiros no desafio de definir a especificidade de ser brasileiro (Velloso 2003, 353–359). Missões civilizatórias, como as de Cândido Rondon, e expedições com finalidades científicas e sanitárias envolveram médicos, naturalistas, engenheiros e militares. Nas viagens pelo interior, esses homens elegeram a conquista dos territórios e a abordagem das populações do sertão como condições para construir a nação e encontrar a essência da vida nacional e do homem brasileiro (Lima 1999, 55–91). Em 1922, artistas e literatos organizaram a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, evento cujas múltiplas

2. Sobre as teorias geológicas da história dos continentes, ver Suess (1904), Wegener (2001), Watts (1935).

3. Sobre Mello Leitão, ver Kury e Baptista (2004), Franco e Drummond (2007), Duarte (2010).

4. Ver também Catálogo Brasileira (1941). Para acesso *online* de obras da Coleção Brasileira, ver Brasileira Eletrônica UFRJ, <http://www.brasiliana.com.br>.

repercussões evidenciaram, aos contemporâneos, a natureza política das expressões culturais em sua busca pela brasilidade (Williams 2001, 36). O movimento escolanovista, no qual Fernando Azevedo teve papel exponencial, sistematizou propostas de ensino laico baseado na experimentação, racionalidade, ciência, valorização da técnica e da postura ativa para a formação dos cidadãos brasileiros e superação de um “Brasil arcaico” (Monarcha 2009, 127–180; Gomes 2002, 408–415). A Biblioteca Pedagógica surgiu como um dos fios dessa complexa rede, e todos os volumes de suas cinco séries convergiam para o objetivo fundamental de oferecer elementos para a criação de um novo Brasil.

Quando publicou *Zoogeografia do Brasil*, Mello Leitão era já um veterano na Biblioteca Pedagógica. Contava com títulos na Brasileira, mas também nas séries Didática e Iniciação Científica, e ainda publicaria vários outros. Foi um dos autores mais requisitados pelo editor Fernando Azevedo. Mello Leitão formara-se inicialmente em medicina, mas o fascínio pelas aranhas cresceu ao longo dos anos. Sua árdua e tenaz dedicação a esses artrópodes fez dele, na prática, um reconhecido aracnólogo de seu tempo.<sup>5</sup>

O objetivo do referido livro, exposto no prefácio da primeira edição, era simultaneamente modesto e ambicioso. A modéstia se expressava na constatação do muito ainda a ser feito, da singeleza dos resultados pela coordenação de dados esparsos, da abertura de uma primeira estrada cuja correção futura dos tropeços e senões por outros autores, consistiria em recompensa de tão arriscada empreitada. Apesar dos riscos, o autor justificava a relevância de sua obra, disposta a desbravar o território desconhecido da zoogeografia no Brasil, cuja exuberante fauna permanecia até então sem estudos sistemáticos. Havia, certamente, muitos estudos taxonômicos, “preocupados, não raro, em contar escamas e transcrever dados” (Mello Leitão 1937c, 7). Seu excessivo foco nas descrições morfológicas deixava um legado insuficiente para as exigências do conhecimento zoológico do século XX, cuja dinâmica impunha novas necessidades. A morfologia era certamente importante, mas significava apenas um início para análises que envolviam ecologia, geografia (e seu foco em fatores como calor, luz e umidade), fitogeografia, ecologia, paleogeografia e geologia, como também o estudo dos efeitos da ação das sociedades humanas sobre o ambiente e, conseqüentemente, sobre a fauna.

O livro desejava sintonizar-se aos esforços do botânico Alberto José de Sampaio (1881–1946) na publicação da *Phytogeographia do Brasil*, volume 35 da Coleção Brasileira, de 1934 (Sampaio 1934). Juntas, as obras ofereceriam aos estudiosos uma “visão de conjunto harmônica e uniforme, significando o pensamento do Museu Nacional sobre a biogeografia brasileira” (Mello Leitão 1937c, 7). Ganham, assim, um caráter institucional: Mello Leitão e Sampaio eram, respectivamente, chefes da seção de Zoologia e de Botânica do Museu Nacional.

O Museu Nacional —instituição fundada em 1818 e dedicada à história natural e à antropologia física— congregava uma equipe de cientistas envolvidos com

5. Mello Leitão publicou dez obras na Biblioteca Pedagógica, além de traduzir dois livros de relatos estrangeiros. Na Brasileira, publicou os seguintes títulos: *Visitantes do Primeiro Império* (1934), *Zoogeografia do Brasil* (1937c, reedição ampliada em 1947), *O Brasil visto pelos ingleses* (1937b), *A Biologia no Brasil* (1937a), *História das Expedições Científicas ao Brasil* (1941).

entusiasmo nos debates sobre a nação brasileira, desde as primeiras décadas da República. A partir de 1926, o museu passou a perseguir com especial afincamento tanto a especialização de seus quadros segundo padrões internacionais de produção do conhecimento, como a sua divulgação entre diversas camadas da população brasileira. Seus cientistas apostaram no conhecimento e na educação como poderosos estopins do processo de transformação nacional. Tomaram a si a tarefa de produzirem saberes científicos sobre o Brasil, com sua fauna e flora, clima, território, mas também sobre a antropologia física de suas populações (Domingues e Sá 1996; Lopes 1997; Duarte 2004). Nas palavras de Edgard Roquette-Pinto (1884–1954), diretor da instituição entre 1926 a 1935, o elogio inebriante das riquezas do Brasil, repetido ao longo de séculos, tornara-se enfadonho. Frente aos versos do poeta romântico que afirmavam ter os céus do Brasil mais estrelas e nossos bosques mais flores, uma geração “começou a contar as estrelas” e foi conferir qual era a vida nos bosques, ou melhor dizendo, nos sertões do país (Roquette-Pinto 1939, 45; Mello Leitão 1932, 96–97).<sup>6</sup>

Após a proclamação da República, em 1889, estabeleceu-se, não sem grandes turbulências e contestações, um formato de governo em que elites regionais de tradição oligárquica e base econômica agroexportadora desenvolveram peculiar interpretação dos princípios federalistas e liberais. A despeito da realização formal de eleições, criaram-se práticas que impediam o exercício efetivo da cidadania pela grande maioria da população, num sistema republicano organizado em prol do reforço das hierarquias, numa espécie de “releitura” do legado imperial de profunda exclusão social e política.<sup>7</sup>

O movimento de 1930 inaugurou novo projeto para o Brasil, evidenciando os limites alcançados pelo arranjo oligárquico na tarefa da construção nacional e conciliação de conflitos. Nos primeiros anos do governo Vargas, intelectuais tributários de uma larga tradição crítica de matizes autoritários —referenciada em autores como Euclides da Cunha e Alberto Torres— acreditaram viver um momento promissor e decisivo para a nação. Segundo suas expectativas, o governo finalmente abraçaria a tarefa de liderar a organização nacional; dirigiria ao povo políticas públicas de saúde e educação, guiando assim a formação de um homem brasileiro; desarticulava a contestação das esquerdas, temidas como radicais e perigosas; limitaria os apetites egoístas das elites oligárquicas. O Estado apareceria enfim como um verdadeiro mediador imparcial e onisciente das necessidades da Nação que —com a participação de cientistas e intelectuais capazes de produzir conhecimento relevante para tal empreitada— instauraria uma sociedade harmônica, pacífica, ordeira, saudável, trabalhadora, orgânica (Gomes 1982; Pandolfi e Grynspar 1997; Pandolfi 2003).

Os cientistas do Museu Nacional participaram com especial entusiasmo na-

6. Roquette-Pinto refere-se aos versos do poema “Canção do Exílio”: “nosso céu tem mais estrelas, nossas várzeas têm mais flores, nossos bosques têm mais vida, nossa vida mais amores” (Gonçalves Dias 1846, 9–10). A importância desse poema na cultura nacionalista brasileira é grande, e inspirou trechos da letra do Hino Nacional Brasileiro, oficializado em 1922. Lima (1999) explora a descoberta do sertão pela geração de Roquette-Pinto, de maneira muito diversa da visão romântica anterior.

7. Lessa (1988), Carvalho (1989), Chalhoub (2001), Mello (2007), Gomes e Abreu (2009) discutem política e exclusão da cidadania no Brasil nos primeiros anos da República.

queles primeiros anos do novo governo e por algum tempo acreditaram que teriam ali um papel primordial na definição dos rumos políticos. Integraram órgãos de censura e comissões, tais como a que originou o novo Código de Caça e Pesca, decretado em 1934. Receberam verba para iniciativas de divulgação científica (envolvendo revistas, cinema, rádio e exposições). Ganharam também apoio para incrementar as atividades do Serviço de Assistência ao Ensino de História Natural, oferecido pelo museu às escolas primárias e colegiais. Contaram com a presença e apoio das autoridades governamentais em atividades diversas, como a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, organizada no Rio de Janeiro em 1934 (Roquette-Pinto 1932, 96–98; 1933, 1–9; Sampaio 1935; Franco e Drummond 2009, 82–102).<sup>8</sup>

É certamente a esse contexto que Mello Leitão se refere, na introdução de sua *Zoogeografia*, ao apresentá-la como contribuição afinada ao clima então predominante de despertar promissor pelo que é nosso. Tal intenção inseria o livro de forma contundente no projeto da própria Brasiliana, cuja intenção maior era divulgar conhecimento sobre diversos aspectos da nação para os próprios brasileiros, que estariam ainda presos ao litoral, ignorantes do seu território, populações, fauna, flora, geografia, seus problemas, suas potencialidades. Mello Leitão se propunha a desbravar o conhecimento da vida animal nesse país para além da taxonomia e da morfologia. Seu objetivo mais amplo era a análise das relações da fauna com os biomas, dos diversos animais entre si, e de sua distribuição geográfica ao longo das eras geológicas (Mello Leitão 1937c, 22).

Os interesses científicos de Mello Leitão articulavam-se, portanto, de maneira bastante consciente a conteúdos políticos. A zoogeografia a ser estudada era a do Brasil e, portanto, somava-se à miríade de esforços dos homens de seu tempo para definir a brasilidade nos seus mais variados aspectos, o que incluía a natureza. Entretanto, a leitura atenta da obra evidencia um instigante paradoxo. Motivado pelas intenções nacionalistas, nosso autor lançou-se à produção de um tipo de conhecimento cujo objeto não respeitava limites de mapas políticos, com resultados que relativizavam e até mesmo negavam os intuítos nacionalistas que desencadearam a investigação. O próprio Mello Leitão nos mostra que a emanação não é um animal brasileiro. Antes, é sul-americano. Guarda semelhanças com aves da África, Austrália, Nova Guiné e Madagascar, e seu estudo impõe a consideração de um ancestral comum.

Esta tensão presente na obra não passou despercebida às autoridades brasileiras. Em fevereiro de 1937 —poucos meses antes do golpe que inaugurou o Estado Novo, regime autoritário fortemente nacionalista liderado por Getúlio Vargas— *A Hora do Brasil* resenhou a obra. Programa radiofônico diário realizado pelo Departamento de Propaganda, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores do governo brasileiro, *A Hora do Brasil* elogiava o livro como título “valioso na lista de nossos livros verdadeiramente científicos”, e recomendava sua consulta por todos.

8. Edgard Roquette-Pinto, Cândido de Mello Leitão e Alberto José de Sampaio, *Considerações gerais: Projeto de decreto regulamentando a caça silvestre*, anexo ao Ofício 195 de 21 out. 1932, folhas 7–22, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pasta BR MN MN DR.

Entretanto, criticava-o por ser excessivo no tratamento de “animais que não existem no nosso território”, e deficiente “ao se ocupar muito pouco de outros que aqui existem em abundância”.<sup>9</sup>

O governo Vargas transformou a questão cultural numa responsabilidade de Estado, cobrando ações de seus tutelados no sentido de reforçar uma determinada perspectiva da brasilidade (Williams 2001, 14–24). Além de funcionário do Museu Nacional, Mello Leitão era professor recém contratado pela Universidade do Brasil, idealizada pelo ministro da Educação Gustavo Capanema. Recebeu apoio governamental em diversas viagens internacionais que fizera como zoólogo representante do Brasil (Mello Leitão 1947). A crítica oficial fundamentava-se na expectativa que o governo federal projetava sobre seus funcionários. Esperava-se que a obra de Mello Leitão cumprisse o que o seu título prometia, e contribuísse para delinear um quadro geral da brasilidade, apresentando o conjunto dos seus aspectos faunísticos. Entretanto, as análises apresentadas ao longo do livro ultrapassavam os pressupostos nacionalistas que motivavam a obra.

A compreensão desse paradoxo envolve três considerações, que desenvolverei a seguir. Em primeiro lugar, argumentarei que a trajetória profissional de Mello Leitão e sua inserção em uma comunidade científica mais ampla favoreceram uma perspectiva internacionalista para suas concepções científicas. O estudo da zoologia abriu uma chave de interpretação espacial para além dos limites do Brasil, mostrando uma fauna global em contínuo movimento através das eras. Tal postura já pode ser pressentida na primeira edição de 1937, mas encontra-se verdadeiramente explícita na segunda edição de 1947, momento de grandes transformações do mundo no pós-guerra, mas também de maior maturidade científica de nosso autor. Em segundo lugar, postulo que o estudo da história das faunas ao longo das eras geológicas, a chamada biogeografia histórica, evidenciava como o tempo das nações era absolutamente insignificante no âmbito da história do planeta. Finalmente, a análise dessas obras e de seus argumentos abre perspectivas de análise sobre as relações entre ciência, nacionalismo, conservacionismo e internacionalismo naqueles anos.

#### AUTOR E OBRA EM DUAS EDIÇÕES

As duas edições de *Zoogeografia do Brasil*, publicadas na *Brasiliana* com um intervalo de dez anos, guardam diferenças muito significativas entre si. Apesar da permanência da capa e do número do volume na Coleção, o autor avisa desde o início que a segunda edição é um livro inteiramente novo. Correções de dados e muitas ampliações justificam a afirmativa. A primeira edição possui 417 páginas, a segunda 651. O número de ilustrações (todas bem referenciadas no texto escrito) aumentou de 133 para 213. As referências faunísticas sobem de 2.184 espécimes

9. Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Departamento de Propaganda, *Resenha de Zoo-geografia do Brasil, irradiada na Hora do Brasil*, 5 fevereiro 1937, folha 1, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pasta BR MN JF O MN, DR.2. Getúlio Vargas investiu com vigor na propaganda de seu governo através do rádio. É curioso notar que *A Hora do Brasil* é veiculada diariamente, até hoje, como emissão obrigatória de todas as rádios brasileiras, às 19 horas. Lenharo (1986) analisou os conteúdos políticos e autoritários do rádio e a propaganda política na Era Vargas.

citados para 3.299. As notas bibliográficas da edição de 1937 somam 241 autores, a de 1947 traz 420. Os capítulos da obra também aumentam de dezessete para vinte e um. A coleção Brasileira, por sua vez, ganhara corpo e alcançou, naquele ano, a marca da publicação de 258 volumes. Se em 1937, o local de edição contava apenas com a matriz de São Paulo, em 1947 a Companhia Editora Nacional indicava sua presença também em Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Belém e Porto Alegre.

Havia alguns detalhes tão sutis quanto expressivos. A capa da segunda edição inclui a epígrafe em latim *Gutta cavat lapidem non vi sed semper cadendo* (a gota d'água não escava a pedra pela força, mas pelo incessante pingar).<sup>10</sup> É muito provável que o autor se referisse às dificuldades enfrentadas pelos cientistas de sua época, objeto de queixa em outras de suas obras, desejando oferecer seu novo livro como resultado de sua persistência (Mello Leitão 1937a, 140, 164–165, 177, 187–188). Outra hipótese plausível (e que não exclui a primeira) é a de que Mello Leitão aludia aos seus esforços e de outros membros do Museu Nacional em prol da conservação da natureza.

Juntamente com Alberto Sampaio e Roquette-Pinto, o aracnólogo teve um papel destacado na elaboração do primeiro Código de Caça e Pesca brasileiro, decretado por Getúlio Vargas em 1934. Os três escreveram o anteprojeto, com fortes intenções conservacionistas, visando limitar rigorosamente as práticas venatórias no Brasil e o comércio de produtos derivados. Propunham comissões de controle da execução das medidas, com expressiva participação dos cientistas do Museu. O decreto final desprezou muitos pontos inicialmente projetados pelos cientistas, que acabaram tendo uma participação minoritária no Conselho Nacional de Caça e Pesca. É interessante notar que Mello Leitão foi o cientista indicado pelo Museu para tal Conselho, e foi seu presidente entre 1935 e 1942 (Ministério da Educação 1932, 21.351–21.352).<sup>11</sup>

Na conclusão da primeira edição de *Zoogeografia*, Mello Leitão realizou um balanço das relações entre a sociedade brasileira e a fauna presente no território nacional. A moda feminina continuava ditando a perseguição de várias espécies. O uso de plumas diminuía, mas a chinchila e as lontras pagavam pesado tributo de vida para a comercialização de casacos e estolas. Nos arredores do Rio de Janeiro, borboletas eram trucidadas para a fabricação de enfeites, e os pássaros eram perseguidos por diversão. No Brasil, desapareciam “o cervo, a anta, o lobo, a lontra, as belas borboletas”. Havia um Código de Caça e Pesca, e ainda o Código Florestal, ambos ignorados por lenhadores e caçadores, inúteis para os negociantes de pele, motivos de troça para os políticos que deles se riam “como livros de desprezível humorismo”. Seu tom pessimista e revoltado originava-se, portanto, da constatação prática da impotência em controlar efetivamente a destruição natural (Mello Leitão 1937c, 383).

10. Agradeço ao professor André Miatello pela tradução do latim.

11. Edgard Roquette-Pinto, Cândido de Mello Leitão e Alberto José de Sampaio, *Considerações gerais: Projeto de decreto regulamentando a caça silvestre*, anexo ao Ofício 195 de 21 out. 1932, folhas 7–22, Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, pasta BR MN MN DR.

Dez anos depois, a conclusão da segunda edição trazia um tom mais otimista: os esforços empreendidos em diferentes lugares do mundo começavam a gerar frutos. Medidas de proteção à natureza ganhavam leis nos mais diversos países, e sociedades internacionais moviam ações para a defesa da vida no planeta. Esforços contínuos e persistentes começavam, enfim, a gerar resultados, justificando a inclusão da epígrafe (Mello Leitão 1947, 611–616).

A segunda edição evidencia um autor não apenas mais otimista, mas também muito mais experiente, numa obra detalhada e em franco diálogo com a bibliografia mundial recente sobre o tema. Mello Leitão construiu, através dos anos, uma invejável rede de relações científicas internacionais. Para tanto, as longas viagens realizadas para congressos e missões científicas — a maioria delas na condição de membro de instituições federais de pesquisa e ensino — foram decisivas. Pesquisou em museus de História Natural em vários países europeus, realizou conferências em instituições argentinas e uruguaias. Alguns congressos foram essenciais para a renovação de suas perspectivas sobre a biologia, com destaque para o VI Congresso de Zoologia, em Lisboa, o VI Congresso Internacional de Entomologia, em Madrid (ambos em 1935) e a II Reunião de Ciências Naturais em Mendoza, Argentina, em 1937, quando a apresentação de seu trabalho suscitou aplausos entusiasmados. Atuou como consultor do British Museum para estudo de coleções entomológicas originárias da Guiana Inglesa. Foi membro correspondente de várias sociedades latino-americanas, como a Academia Chilena de Ciencias Naturales, Museo de La Plata, Societé Scientifique Du Chili, Sociedad Científica de Valparaíso, Academia Colombiana de Ciencias, Sociedad Argentina de Ciencias, Academia Nacional de Ciencias em Córdoba (Argentina), Casa de la Cultura Ecuatoriana, e Sociedad Argentina de Entomologia. Através do pertencimento a todas essas sociedades, praticou intenso diálogo científico com estudiosos de vários lugares do mundo, onde se postavam não apenas cartas, mas também embalagens com aranhas e escorpiões (Comité Científico 1938, 376–377; Comité Científico 1939, 11–20).<sup>12</sup>

Mello Leitão afirmou-se, sobretudo, como especialista em aracnídeos sul-americanos. Ao longo de sua vida, publicou 212 artigos em periódicos científicos, boa parte em revistas internacionais, escrevendo em inglês, francês ou espanhol, abrindo-se ao diálogo com a comunidade internacional. Além das aranhas encontradas no Brasil, publicou estudos originais sobre aranhas da Argentina, Guiana Francesa, Guiana Inglesa, Colômbia, Peru, México, Equador e Chile. Em 1945, foi homenageado com destaque em instituições científicas de Buenos Aires, La Plata e Montevideo. Investigadores da Argentina, Inglaterra, Alemanha, Brasil, Suíça, Uruguai, Itália e Letônia nomearam, em sua homenagem, nove gêneros e vinte e três espécies de insetos. Quando faleceu, as condolências registradas trazem telegramas de renomados zoólogos europeus, norte-americanos, latino-americanos e russos. Em obituário publicado na revista *Physis*, o entomólogo argentino Juan José Parodiz afirmava sua contribuição inestimável para a aracnologia de seu país:

12. Mello Leitão, “O livro de minha vida” (manuscrito), pág. 44, Arquivo da Academia Brasileira de Ciências, pasta Cândido de Mello Leitão, Rio de Janeiro.

Mello Leitão descreveu e analisou 450 espécies de aranhas comuns na Argentina, metade das espécies então conhecidas (Parodiz 1949, 205–206).<sup>13</sup> Após sua morte, uma de suas obras de divulgação científica de maior sucesso, *A vida na selva*, saiu publicada em espanhol por uma editora de Buenos Aires (Mello Leitão 1949). O reconhecimento alcançado pela produção científica de Mello Leitão poderia ocupar muito mais espaço de nossas reflexões. Nossa intenção não é, entretanto, realizar sua biografia, nem fazer o elogio de sua atuação. A excepcionalidade de Mello Leitão nos interessa para dimensionar a importância das contradições de sua obra no que diz respeito às relações entre nacionalismo e práticas culturais na era Vargas. O seu trânsito por vários países como representante do Brasil, financiado por um governo que apostava em seus funcionários como agentes culturais de seu projeto de brasilidade, foi uma prática comum a vários intelectuais vinculados às instituições culturais governamentais. Entretanto, as experiências internacionais de Mello Leitão lhe descortinaram um horizonte de conhecimento impossível de ser contido em perspectivas estritamente nacionalistas. Retomo aqui o argumento de que sua visão zoogeográfica foi tributária dos trajetos que percorreu.

#### O MUNDO EM MOVIMENTO

Para além dos intercâmbios científicos de nosso cientista, a tensão presente nas suas intenções nacionalistas pode ser explicada por outro fator mais diretamente vinculado à história da ciência de seu tempo. A biogeografia era então uma ciência recente, e ganhara grande impulso no século XX, em franco diálogo com dilemas e desafios de um mundo em acelerada transformação. Como o próprio Mello Leitão observa, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e a maior segurança e rapidez das viagens facilitavam como nunca o acesso dos homens a locais onde encontrariam formas de vida diversas das existentes em sua região de origem, aguçando a constatação da diversidade biológica. Recursos tecnológicos levavam ao conhecimento cada vez mais fundamentado de novas espécies: seres microscópicos, animais curiosos que habitavam locais antes inacessíveis, como no caso da fauna das regiões mais profundas do oceano, ou ainda formas extintas, cuja existência se inferia através da análise dos fósseis (Mello Leitão 1947, 7–8).

Os encontros cada vez mais frequentes com a diversidade da vida, decorrentes da intensificação dos percursos, aprofundaram a percepção do espaço mundial. Os estudos da biogeografia incrementaram a produção de conhecimento sobre a movimentação das mais variadas espécies vegetais e animais pelo planeta através das diversas eras. Especialistas em áreas diversas da zoologia estudaram como nunca fenômenos de migrações (movimento regular de animais entre duas localidades ou direcionamento definitivo para outras regiões), nomadismo (mudança incessante de pouso em áreas restritas), difusão (conquista de áreas em torno do habitat primitivo) e dispersão (transporte passivo da fauna). Se os naturalistas do século XIX esforçaram-se para enviar exemplares empalhados da fauna exótica

13. Academia Brasileira de Ciências, Homenagem Póstuma a Cândido de Mello Leitão, Ata da Seção Ordinária Julho 12, 1949, Livro de Atas da Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro, folhas 79–112 (Arquivo da Academia Brasileira de Ciências, pasta Mello Leitão).

dos vários continentes para as estantes dos museus europeus, eis que os biólogos do século XX passaram a focalizar os fluxos voluntários ou passivos da vida. Ao mundo dos homens em movimento, somou-se a ideia de um planeta de seres vivos em intrincada e extensa dinâmica espacial.

Os contemporâneos de Mello Leitão descobriram a instabilidade do que parecia fixo. O solo sobre o qual transitavam homens, animais e plantas passou ele próprio a mover-se. A teoria clássica das pontes continentais —segundo a qual comunicações originais entre os blocos continentais permanentes teriam sido posteriormente desgastadas e/ou submersas— mostrava-se crescentemente insatisfatória. Em 1915, Wegener publicou *Die Entstehung der Kontinente und Ozeane* (A origem dos continentes e oceanos), no qual propôs a deriva continental. A teoria, que hoje integra nossos paradigmas de compreensão do mundo, foi alvo de radicais rejeições no meio científico, a despeito das reedições da obra em 1920, 1922 e 1929. Suas ideias foram aceitas apenas em fins dos anos 1950, quando estudos sobre paleomagnetismo ofereceram nova visão sobre as marcas deixadas pelo campo magnético da Terra nas rochas, e tornou-se possível inferir o comportamento desse campo em outras eras, assim como a movimentação das placas tectônicas (Hurley 1968; Jacoby 1981).

Apesar das críticas dirigidas a Wegener, sua teoria alcançou alguns meios científicos ainda na primeira metade do século XX. No caso específico de nosso zoólogo brasileiro, a deriva continental recebeu, surpreendentemente, tratamento bastante receptivo nas páginas da sua *Zoogeografia*. Segundo Mello Leitão, a hipótese das pontes, pela facilidade de traçar no papel linhas imaginárias para explicar evidências da ancestralidade comum de faunas de diferentes lugares, trazia as mais mirabolantes propostas, e os geólogos “faziam continentes com a mesma facilidade com que os cozinheiros faziam um bolo”.<sup>14</sup> Mello Leitão ficou claramente seduzido pela ideia do deslocamento dos maciços continentais originários de uma terra comum, a Pangea, que se mostrava uma explicação convincente para a história da distribuição dos seres vivos na superfície da terra (Mello Leitão 1933, 49–54).

Assim, através dos debates da paleografia, homens de ciência —fossem eles adeptos de uma teoria ou de outra— reforçaram a configuração da vida humana como um átimo na história da terra. Abria-se uma experiência vertiginosa do tempo, e o painel que emerge das páginas de Mello Leitão traz o incessante movimento de animais, plantas, homens, das rochas e das águas que lhes servem de abrigo.

Nesse planeta partilhado, os riscos de extinções tomaram a forma de alerta mundial. Em seu livro, Mello Leitão enumera aves recentemente desaparecidas em diferentes partes do mundo, a partir de consulta de *checklists* ornitológicos.<sup>15</sup> Detalha ainda os perigos representados pela caça indiscriminada para alimentação, adorno ou simples prazer venatório. Nota a destruição de habitats pela agricultura e poluição, ou ainda pelo desequilíbrio representado pelo manejo incauto de espécies pelo homem. Assinala espécies cuja dispersão foi involuntariamente

14. A citação original seria de Darwin, em crítica aos geólogos de seu tempo (Mello Leitão 1947, 95).

15. Para tanto, ele se baseia em Peters (1931); Mello Leitão (1947, 608–609).

realizada pelo homem, gerando efeitos nocivos para as sociedades, como caracóis, piolhos, baratas, fungos, mosquitos e parasitas. O zoólogo apresenta desequilíbrios e extinções em curso por todos os continentes e mares, resultado da ação do homem ao favorecer dispersões insustentáveis, quebrar isolamentos preciosos e destruir habitats naturais, afrontando assim —imprudentemente e com consequências imprevisíveis— a unidade e a diversidade da vida na terra. Além das extinções, catástrofes ambientais já se apresentavam, naqueles anos, como um problema que excedia em muito as fronteiras nacionais. Mello Leitão cita denúncias da Comissão Internacional de Defesa da Fauna sobre eventos agudos de mortalidade de aves aquáticas, conseqüentes da descarga dos navios movidos a óleo cru. Mesmo desmembrada a Pangea, os laços entre a vida na terra não seriam desfeitos impunemente (Mello Leitão 1947, 30, 582–618). Como homem de seu tempo, Mello Leitão pode ser tomado como exemplo da emergência de um tipo de percepção global da natureza, que se constituiria, nas décadas posteriores, como uma das mais marcantes características do pensamento contemporâneo sobre a natureza.

#### A DIVISÃO ZOOLOGICA DA TERRA

Uma vez estabelecidas novas referências espaciais e temporais, o estudo da zoogeografia possibilitava a compreensão da distribuição da vida na terra, e as relações diversas entre os vários seres. Para tanto, mais uma vez o cientista deveria conter qualquer pretensão de respostas definitivas. Mello Leitão afirma a impossibilidade de sistemas rígidos de divisão zoológica da terra. Afinal, a fauna encontrava-se em permanente dinamismo. Havia ainda outro elemento complicador: para cada classe de animais a serem estudados, haveria uma divisão diversa. Assim, a divisão zoogeográfica segundo os mamíferos traria mapas diversos daqueles que privilegiassem a distribuição de escorpiões.

Seguindo as divisões mais correntes entre os biólogos de sua época, Mello Leitão divide o mundo em quatro grandes regiões: Aractogea, Lemurogea, Didelfogea e Neogea. Cada uma delas, por sua vez, subdividia-se. A Neogea compunha-se de Centro-América, Antilhas, Andino-Patagônica e Brasileira. A designação Brasileira para uma das divisões zoogeográficas da Neogea foi utilizada inicialmente pelo cientista inglês Alfred Russel Wallace (1823–1913), e abrangia as regiões Caribe, Amazônica, Cariri-Bororo, Tupi e Guarani. É certo que abarcava todo o Brasil, mas incluía também a Colômbia a partir do vale do rio Magdalena; a Venezuela, as ilhas de Bonaire, Tobago y Trinidad; as Guianas; a porção Cisandina do Equador, Peru e Bolívia; todo o Paraguai; todo o Uruguai e, na Argentina, os territórios de Misiones, Formosa e Chaco, as províncias de Corrientes e Entre Rios, e parte das províncias de Santa Fé, Santiago del Estero e Salta, ao norte do rio Salado.

A fauna brasileira realizava, portanto, percursos pan-americanos. Estava ainda em conexão com o continente africano, herança da união primordial da Pangea, mas também com terras ainda mais distantes. Recebera e legara animais que se tornaram cosmopolitas pela ação voluntária ou inconsciente do homem. A perda de suas espécies, a destruição de seus habitats não era um problema local, mas significava um prejuízo para todo o planeta.

Por outro lado, o autor argumenta como ações de preservação também se co-

nectavam. Nas últimas páginas de sua obra, após descrever massacres de espécies inteiras e hecatombes em curso por todo o mundo, Mello Leitão relata o surgimento e o sucesso de várias reservas naturais na preservação da diversidade da vida. Parques nacionais foram fundados em países como Estados Unidos, Canadá, África do Sul, Rodésia, Congo Belga, Ruanda, Birmânia, Nova Zelândia, Austrália e República Argentina. Finalmente, mas não menos importante, Mello Leitão cita áreas de proteção inauguradas no Brasil: Itatiaia e Serra dos Órgãos em 1937, Iguazu em 1939, a reserva faunística do Rio Doce em 1943 e a reserva de Campos Gerais em 1944 (Mello Leitão 1947, 609–615).

Havia ainda outro fator para o otimismo de Mello Leitão. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, entidades de proteção à natureza de vários países uniram-se para criar um organismo internacional, segundo proposta originalmente colocada durante a International Conference for the Protection of Nature, em 1913, em Berna, e ratificada num segundo encontro, em 1923, em Paris. Em 1928, o International Office for the Protection of Nature foi criado em Bruxelas, mas enfrentaria crescentes dificuldades de atuação devido às novas turbulências mundiais. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Swiss League for the Protection of Nature tomou a frente em novas tentativas para uma organização mundial. Finalmente, em 1947, a International Conference for the Protection of Nature, em Brunnen, Suíça, decidiu pelo estabelecimento de uma união internacional. Para tanto, seus membros dirigiram-se à UNESCO, solicitando apoio para organizar evento em Paris com o objetivo de fundar e organizar a nova instituição, o que ocorreu um ano depois.<sup>16</sup>

Assim, enquanto preparava e lançava a segunda edição de *Zoogeografia do Brasil*, Mello Leitão assistiu à configuração de um novo panorama mundial para o tema da natureza e sua proteção. Comissões e ligas conservacionistas de vários países se movimentavam para partilhar desafios e internacionalizar ações em prol da vida animal e vegetal distribuída nos diversos continentes e oceanos.

A Conferência de Fontainebleau ocorreu entre 30 de setembro e 5 de outubro de 1948. Na lista de convidados, organizada em julho, o Brasil era contemplado: estavam incluídos o Museu de História Natural e Etnografia Emilio Goeldi, no Pará, e a Comissão Nacional para a Proteção da Fauna Sul-Americana. Com o início do evento, a lista de convidados indica a presença de apenas um brasileiro, Cândido de Mello Leitão, representando duplamente o governo brasileiro e a Comissão Nacional para a Proteção da Fauna Sul-Americana.<sup>17</sup>

No evento, ele foi presença ativa. Integrou o Comitê de Direção e Programação, assim como o de Finanças. Na seção sobre a definição de Parques Naturais, tomou a palavra para defender o uso de nomenclaturas mais acessíveis que possibilitassem a compreensão das noções de ecologia pelas pessoas comuns, evitando hermetismos limitadores do debate aos meios estritamente científicos, posição que

16. UNESCO, *General Information: Conference for the Establishment of the IUPN*, NS/UIPN/1, pág. 1–3, Paris, 20 juillet 1948, UNESCO Archives.

17. UNESCO, *Liste des Organismes nationaux e internationaux non gouvernementaux invitée a la Conference de Fontainebleau par l'Union Internationale Provisoire pour la Protection de la Nature*, NS/UIPN/5(B), pág. 2, Paris, 19 juillet 1948, UNESCO Archives.

acabou por predominar entre a maioria dos presentes (International Union for the Protection of Nature 1948, 6–7, 23–26).<sup>18</sup>

A Constituição da recém fundada International Union for the Protection of Nature (1948, 16), estabeleceu a preservação como desafio internacional e condição para a continuidade da civilização humana: “the term ‘Protection of Nature’ may be defined as the preservation of the entire world biotic community, or man’s natural environment, which includes the earth’s renewable natural resources of which it is composed, and on which rests the foundation of human civilization”.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre produção do conhecimento e sociedade nortearam o presente artigo. A partir da análise das duas edições de *Zoogeografia do Brasil*, de Mello Leitão, exploramos como as transformações sociais e as condições históricas integram processos de produção de saber e como, simultaneamente, o conhecimento introduz novas perspectivas sobre a realidade.

Mello Leitão dedicou-se aos estudos zoogeográficos inicialmente estimulado por um contexto histórico da sociedade brasileira de ascensão do nacionalismo. A biologia serviria para o estudo da fauna do Brasil, e esse conhecimento estimularia sentimentos nacionalistas e o elogio das grandezas desse país. Seus livros certamente serviram a esse objetivo. Seria incorreto dizer que Mello Leitão rejeitou o nacionalismo. Afinal, mesmo apresentando a segunda edição como um livro completamente novo, não mudou seu título: sua zoogeografia continuou sendo do Brasil. Sua participação nos movimentos internacionais —como no caso da fundação da International Union for the Protection of Nature— realizou-se também como representante do governo brasileiro. As prefaciais da segunda edição traziam ainda uma dedicatória aos filhos, com quem aprendera a amar a vida e a honrar ao Brasil. Mello Leitão permaneceu praticando sua biologia em diálogo com o nacionalismo.

Entretanto, outros aspectos evidenciam a complexidade de sua atuação como zoólogo e conservacionista, expressa no internacionalismo que se insinua em suas análises e em suas relações com a comunidade científica. O estudo da fauna não podia contentar-se com os limites geográficos nacionais. A zoogeografia histórica impunha uma dimensão vertiginosa do tempo. A conservação dependia da legislação e controle de cada governo, mas tinha dimensões internacionais decisivas. A nação era relativizada no espaço, no tempo e na ação da humanidade.

Nas atas da reunião da Conferência de Fontainebleau, o nome de Mello Leitão consta também como membro da Comissão Nacional de Defesa da Fauna Sul-Americana. Esse é um detalhe instigante. Essa não era uma organização governamental. Nas pastas de documentação presentes no Museu Nacional e na Academia Brasileira de Ciência existem dados sobre as mais variadas filiações e atuações do zoólogo, mas nenhuma palavra sobre a referida comissão.

18. UNESCO, *Liste des délégués, Conference for the establishment of the IUPN*, NS/UIPN/11, pág. 3, Paris, 20 octobre 1948, UNESCO Archives; e UNESCO, *Procès-verbal provisoire de la quatrième séance tenue au Palais de Fontainebleau, Conference for the establishment of the IUPN*, NS/UIPN/TECH.SYMP/SR.4, pág. 5, Paris, 6 janvier 1949, UNESCO Archives.

Trata-se também de uma informação expressiva. A instituição se apresentava como brasileira, afinal, era uma comissão nacional. Mas ela também se propunha a transcender as fronteiras desse país, condição essencial para uma ação efetiva. E por isso, ela se ocupava da defesa da fauna sul-americana.

Na dupla referência (nacional/sul-americano) da comissão que representava, explicitava-se a complexa visão da fauna —sua geografia, sua história, e desafios de sua conservação.

A Conferência de Fontainebleau foi a última atuação importante de Mello Leitão. Ele morreria poucas semanas depois, em 14 de dezembro do mesmo ano. Nos documentos dos arquivos e em seus obituários, sua presença e atuação no evento foram esquecidas, obscurecendo a integração do Brasil do pós-guerra no movimento internacional de conservação da natureza.

Nas décadas seguintes, o Brasil concentrou-se em projetos desenvolvimentistas, em que a conservação aparecia como obstáculo às prioridades de energia e transporte. Nos anos 1960 e 1970, o conservacionismo foi rejeitado pelas mais diversas correntes políticas. Com a direita no poder, a prioridade era o desenvolvimento a qualquer custo, como o governo bem expressou na Conferência de Estocolmo, em 1972. Para a esquerda, envolvida no combate à truculenta ditadura militar, a luta ambientalista apareceria como uma questão distante, quase uma preocupação burguesa dos países ditos desenvolvidos. A integração brasileira ao internacionalismo ambientalista, em seus mais diversos matizes, ganharia novo impulso apenas após o fim da ditadura, especialmente a partir da Eco-92, no Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

- Carvalho, José Murilo  
1989 *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Catálogo Brasileira  
1941 *Comemorativo dos 200 volumes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Chalhoub, Sidney  
2001 *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, 2ª ed. Campinas, Brasil: Editora UNICAMP.
- Comité Científico, II Reunión de Ciencias Naturales  
1938 "Nota informativa sobre la marcha de las tareas de impresión". *Physis* 12:376–377.  
1939 "Acta de la sección Zoología (Invertebrados)". *Physis* 17:11–20.
- Davidson, William  
1870 "The Dinornis". *Nature* 1 (24): 604.
- Domíngues, Heloisa, e Magali Sá  
1996 "O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil". *Revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência* 15:79–87.
- Duarte, Regina Horta  
2004 "Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte: A Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil". *História, Ciência, Saúde — Manguinhos* 11 (1): 33–56.  
2010 *A biologia militante*. Belo Horizonte, Brasil: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Dutra, Eliana  
2006 "A nação nos livros: A biblioteca ideal na coleção Brasileira". Em *Política, nação e edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*, editado por Eliana Dutra e Jean-Yves Mollier, 299–314. São Paulo: AnnaBlume.

- Franco, José Luiz de Andrade, e José Drummond  
 2007 "Cândido de Mello Leitão: As ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* 14 (4): 1265–1290.
- 2009 "Wilderness and the Brazilian Mind (II): The First Brazilian Conference on Nature Protection (Rio de Janeiro, 1934)". *Environmental History* 14 (1): 82–102.
- Gomes, Ângela de Castro  
 1982 "A construção do homem novo: O trabalhador brasileiro". Em *Estado Novo, ideologia e poder*, editado por Lúcia Lippi Oliveira, Mônica Velloso e Ângela Gomes, 151–166. Rio de Janeiro: Zahar.
- 2002 "A escola republicana: Entre luzes e sombras". Em *A República no Brasil*, editado por Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi e Verena Alberti, 384–450. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Gomes, Ângela de Castro, e Martha Abreu  
 2009 "A nova 'Velha' República". *Tempo* 13 (26): 1–14.
- Gonçalves Dias, Antônio  
 1846 *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.
- Hallewell, Laurence  
 1985 *O livro no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Hurley, Patrick M.  
 1968 "The Confirmation of Continental Drift". *Scientific American* 218:52–64.
- International Union for the Protection of Nature  
 1948 *International Union for the Protection of Nature*. Brussels: IUCN Library.
- Jacoby, Wolfgang R.  
 1981 "Modern Concepts of Earth Dynamics Anticipated by Alfred Wegener in 1912". *Geology: Journal of the Geological Society of America* 9 (1): 25–27.
- Kury, Adriano, e Renner Baptista  
 2004 "Arachnological Papers Published by Cândido Firmino de Mello Leitão (Arachnida)". *Publicações Avulsas do Museu Nacional* 1 (105): 1–17.
- Lenharo, Alcir  
 1986 *A sacralização da política*, 2ª ed. São Paulo: Papirus.
- Lessa, Renato  
 1988 *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice.
- Lima, Nísia Trindade  
 1999 *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- Lopes, Maria Margaret  
 1997 *O Brasil descobre a pesquisa científica: Os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Mello, Maria Tereza  
 2007 *A república consentida*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Mello Leitão, Cândido de  
 1932 "Papel educativo do Museu Nacional". *Revista Nacional de Educação* 1 (2): 96–98.
- 1933 "A gênese dos continentes e oceanos segundo Wegener". *Revista Nacional de Educação* 2 (15): 49–54.
- 1934 *Visitantes do Primeiro Império*. Coleção Brasileira 32. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1937a *A biologia no Brasil*. Coleção Brasileira 99. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1937b *O Brasil visto pelos ingleses*. Coleção Brasileira 82. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1937c *Zoogeografia do Brasil*. Coleção Brasileira 77. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1941 *História das expedições científicas no Brasil*. Coleção Brasileira 209. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1947 *Zoogeografia do Brasil*, 2ª ed. Coleção Brasileira 77. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- 1949 *La vida en la selva*. Buenos Aires: Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Español.

- Ministério da Educação e Saúde Pública  
1932 "Projeto de Decreto para regulamentação da caça no território nacional, mandado publicar para conhecimento dos cidadãos que queiram apresentar ao Ministro da Educação sugestões a respeito, no prazo de três meses, contados da primeira publicação". *Diário Oficial da União* 71 (272, novembro 22): 21.351–21.352.
- Monarcha, Carlos  
2009 *Brasil arcaico, Escola Nova: Ciência, técnica e utopia nos anos 1920–1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
- Owen, Richard  
1858 "On *Dinornis*". *Transactions of the Zoological Society of London* 4 (5): 149–158.
- Pandolfi, Dulce  
2003 "Os anos 1930: As incertezas do regime". Em *O tempo do nacional-estatismo*, editado por Jorge Ferreira e Lucília Delgado, 13–38. Coleção: O Brasil Republicano 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Pandolfi, Dulce, e Mario Grynspan  
1997 "Da revolução de 30 ao golpe de 37: A depuração das elites". *Revista de Sociologia e Política* 6 (9): 7–23.
- Parodiz, Juan José  
1949 "Cândido Firmino de Mello Leitão, 1886–1948". *Physis* 20 (57): 205–206.
- Peters, James  
1931 *Check List of Birds of the World*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Pontes, Heloisa  
1989 "Retrato do Brasil: Editores, editoras e "coleções Brasileira" nas décadas de 30, 40 e 50". Em *História das ciências sociais no Brasil*, editado por Sérgio Micelli, 359–409. São Paulo: Vértice.
- Roquette-Pinto, Edgard  
1932 "Papel educativo do Museu Nacional de História Natural". *Revista Nacional de Educação* 1 (2): 96–98.  
1933 "O cinema e a educação popular no Brasil". *Revista Nacional de Educação* 1 (5): 1–9.  
1939 "Entrevista". *Revista Vamos Ler* 4 (23): 45.
- Sampaio, Alberto José de  
1934 *Phytogeographia do Brasil*. Coleção Brasileira 34. São Paulo: Companhia Editora Nacional.  
1935 "Primeira conferência brasileira de proteção à natureza". *Boletim do Museu Nacional* 11 (1–2): 9–115.
- Suess, Eduard  
1904 *The Face of the Earth*. Traduzido por Hertha Sollas. Oxford, RU: Clarendon Press.
- Toledo, Maria Rita  
2010 "A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções (1925–1980): Entre a formação do leitor e o mercado de livros". Em *O impresso no Brasil*, editado por Márcia Abreu e Anibal Bragança, 1–15. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
- Van Tuinen, Marcel, Charles G. Sibley e S. Blair Hedges  
1998 "Phylogeny and Biogeography of Ratite Birds Inferred from DNA Sequences of the Mitochondrial Ribosomal Genes". *Molecular Biology and Evolution* 15 (4): 370–376.
- Velloso, Mônica Pimenta  
2003 "O modernismo e a questão nacional". Em *O tempo do liberalismo excludente*, editado por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 1:351–386. Coleção: O Brasil Republicano 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Watts, W. W.  
1935 "Form, Drift and Rhythm of the Continents". *Science* 82 (2123): 203–213.
- Wegener, Alfred  
2001 "The Origins of the Continents (1915)". Traduzido por W. R. Jacoby. *Journal of Geodynamics* 32 (1–2): 20–63.
- Williams, Daryle  
2001 *Culture Wars in Brazil: The First Vargas Regime, 1930–1945*. Durham, NC: Duke University Press.